

# RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)  
autor(a), o texto completo desta tese  
será disponibilizado somente a partir  
de 28/02/2024.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**FACULDADE DE MEDICINA**

Rafael Monteiro Teixeira

**Legislação Sanitária e Covid-19: Regulamentação de medidas não  
farmacêuticas em diferentes países**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza  
Coorientador: Prof. Dr. Joel Carlos Lastoria

**Botucatu**  
**2023**

Rafael Monteiro Teixeira

Legislação Sanitária e Covid-19: Regulamentação de medidas não farmacêuticas em diferentes países.

Tese apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza

Coorientador: Prof. Dr. Joel Carlos Lastoria

Botucatu

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.  
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP  
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSEMEIRE APARECIDA VICENTE-CRB 8/5651

Teixeira, Rafael.

Legislação sanitária e Covid-19 : regulamentação de medidas não farmacêuticas em diferentes países / Rafael Teixeira. - Botucatu, 2023

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de Botucatu

Orientador: Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza  
Coorientador: Joel Carlos Lastoria  
Capes: 40600009

1. Saúde pública - Legislação. 2. Política de saúde.  
3. Políticas públicas. 4. Pandemias. 5. COVID-19 (Doença).

Palavras-chave: COVID-19; Legislação; Medidas não farmacêuticas.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

Ao meu pai José Carlos pela estrutura familiar sólida que me proporcionou condições de desenvolvimento pleno, pelas lições de amor e amizade que sempre foram fartamente ofertadas.

À minha mãe (in memoriam), pelas leituras e estímulo ao estudo desde a mais tenra idade, ainda ouço a sua voz!

Aos meus irmãos Adriana e Gustavo! Mesmo distantes sempre foram fundamentais para que eu pudesse conquistar cada etapa de todos os caminhos percorridos.

À minha esposa Tatiane pela imensa paciência, pelos finais de semana intermináveis dedicados a cuidar de todos e ainda me ajudar com este trabalho, sem o seu auxílio não seria possível, te amo!!

Aos meus filhos Rafaela e Gabriel, aos quais soneguei muitos momentos para que esse trabalho pudesse ser concluído, mas que suportaram com a maturidade de adultos, dias inteiros ao lado da porta aguardando a hora de brincar. Amo vocês incondicionalmente!!

## AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao professor Doutor Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza pela paciência e auxílio constante durante a elaboração deste trabalho e ao professor Doutor Joel Carlos Lastoria por abrir a primeira porta e pela orientação.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus Amigos Felipe, Ivan e John que supririam com extrema competência a minha ausência no trabalho sempre que foi necessário e que me auxiliaram sem hesitar sempre que precisei. Ester que me ajudou de forma objetiva durante a elaboração deste trabalho e Cintia que sempre esteve disposta a contribuir.

Aos professores e servidores da FMB, em especial Luciene, que durante o processo me auxiliou de forma significativa em todas as etapas.

A todos que formal ou informalmente contribuíram para conclusão deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos.

# Sumário

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>6</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. PESTE NEGRA (PESTE BUBÔNICA).....</b>	<b>13</b>
<b>1.2. VARÍOLA.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3. INFLUENZA.....</b>	<b>16</b>
1.3.1. <i>Gripe espanhola</i> .....	17
1.3.2. <i>Influenza A (H1N1) (pandêmica 2009)</i> .....	18
1.3.3. <i>coronavírus disease (COVID-19)</i> .....	19
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1. OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO .....</b>	<b>24</b>
<b>3. MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1. TIPO DE ESTUDO .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>3.3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>3.4. DELINEAMENTO.....</b>	<b>25</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1. EUROPA.....</b>	<b>28</b>
4.1.1. <i>Alemanha</i> .....	28
4.1.2. <i>Bélgica</i> .....	35
4.1.3. <i>Portugal</i> .....	41
<b>4.2. AMÉRICA DO NORTE .....</b>	<b>47</b>
4.2.1. <i>Canadá</i> .....	47
<b>4.3. AMÉRICA DO SUL.....</b>	<b>51</b>
4.3.1. <i>Argentina</i> .....	51
4.3.2. <i>Brasil</i> .....	59
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

UE - União Europeia

EUA - Estados Unidos da América

IRK - Instituto Robert Koch

MP - Medida Provisória

MS - Ministério da Saúde

MSA - Ministério da Saúde da Argentina

MERS - Middle East Respiratory Syndrome

OMS - Organização Mundial da Saúde

RSI - Regulamento Sanitário Internacional

SARS - Síndrome Respiratória Aguda Grave

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

## Resumo

TEIXEIRA, R. M. Legislação Sanitária e Covid: Regulamentação de medidas não farmacêuticas em diferentes países. 2022. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2022.

O vírus que provocou a atual pandemia da COVID (SARS-CoV-2) se disseminou com extrema velocidade pelo mundo e ficou amplamente conhecida como pandemia da COVID-19. Isso porque, ao final do ano de 2019 a província de *Hubei*, na cidade chinesa de *Wuhan*, registrou o primeiro caso da doença em meio a registros de vários casos de pneumonia grave. No dia 31 de dezembro daquele ano a OMS foi notificada acerca inúmeros casos de pneumonia sem origem determinada. Uma semana após o primeiro registro, as autoridades chinesas confirmaram se tratar de um novo tipo de coronavírus que recebeu o nome de SARS-CoV-2. Ainda no mesmo mês (30 de janeiro), a OMS emite alerta de emergência de saúde pública de importância internacional devido a velocidade com a qual se espalhara entre os continentes e, em 11 de março de 2020 a situação é classificada como uma pandemia. O objetivo deste estudo foi descrever as medidas legislativas adotadas na Alemanha, Bélgica, Portugal, Canadá, Argentina e Brasil, que implementaram políticas públicas de saúde para o enfrentamento da pandemia provocada pela COVID-19, mediante a produção legislativa de cada país na implementação de medidas não farmacêuticas, especialmente normas relacionadas com medidas restritivas de direitos, de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2021. Tratou-se de um estudo descritivo de políticas públicas baseadas na implementação de medidas não farmacêuticas para o controle da disseminação do vírus da COVID-19. O que se verificou no enfrentamento da pandemia da COVID-19 foi a ausência de medidas globais organizadas e padronizadas visando minimizar os efeitos da transmissão do vírus. A inegável importância da adoção de medidas não farmacêuticas, historicamente utilizadas no enfrentamento de pandemias anteriores, foi confirmada com a pandemia da COVID-19, pois a determinação do fechamento de escolas, a proibição de eventos com aglomeração de pessoas, o isolamento de pessoas contaminadas foi fundamental para o controle da disseminação do vírus enquanto vacinas e medicamentos não estavam ao alcance da população em geral.

**Palavras-chave:** COVID-19; Legislação; Medidas não farmacêuticas.

## **Abstract**

TEIXEIRA, R. M. Health Legislation and COVID: Regulation of non-pharmaceutical measures in different countries. 2022. Thesis (Doctorate) – Medicine University of Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2022.

The virus that caused the current COVID pandemic (SARS-CoV-2) spread with extreme speed around the world and became widely known as the COVID-19 pandemic. That's because, at the end of 2019, Hubei province, in the Chinese city of Wuhan, registered the first case of the disease amid records of several cases of severe pneumonia. On December 31 of that year, the WHO was notified of numerous cases of pneumonia of unknown origin. A week after the first recorded case, Chinese authorities confirmed that it was a new type of coronavirus that was named SARS-CoV-2. In the same month (30 of January), the WHO issued a public health emergency alert of international importance due to the speed with which it had spread between continents and, on March 11 of 2020, the situation was classified as a pandemic. The objective of this study was to describe the legislative measures adopted in Germany, Belgium, Portugal, Canada, Argentina and Brazil, which implemented public health policies to encounter the pandemic caused by COVID-19, through the legislative production of each country in the implementation of non-pharmaceutical measures, especially rules related to restrictive measures of rights, from January 1 of 2020 to December 31 of 2021. It was a descriptive study of public policies based on the implementation of non-pharmaceutical measures to control the spread of the virus of COVID-19. What happened against the COVID-19 pandemic was the absence of organized and standardized global measures to minimize the effects of virus transmission. The undeniable importance of adopting non-pharmacological measures, historically used in the fight against previous pandemics, was confirmed with the COVID-19 pandemic, as the determination of the closing of schools, the prohibition of events with agglomerations of people, the isolation of contaminated people was fundamental for controlling the spread of the virus while vaccines and medicines were not available to the general population.

Keywords: COVID-19; Legislation; Non-pharmaceutical measures.

## 5. Conclusão

A pandemia da COVID-19 trouxe mudanças significativas para o cotidiano da humanidade, da mesma forma que outras pandemias o fizeram, e não foram medidos esforços com relação às medidas não farmacêuticas no Brasil ou em qualquer país inserido neste estudo, pelo contrário, verificou-se um grande volume de normas com a finalidade de contribuir no combate à disseminação do novo vírus conhecido no fim de 2019.

Ao longo deste trabalho observamos e trabalhamos com a premissa de que não apenas as medidas médicas de saúde são importantes no combate às pandemias, mas que medidas não farmacêuticas empregadas de maneira eficiente, possuem papel imperativo no combate aos efeitos provocados pela disseminação de doenças, em especial como observamos na pandemia da COVID-19.

Pudemos observar ao longo desta pesquisa que, embora muito diferentes econômica e politicamente, os países que compuseram o escopo deste trabalho tiveram ações semelhantes na esfera legislativa, especialmente no que se refere a criação de legislação sanitária para o enfrentamento da pandemia, pois em todos os países analisados verificou-se um robusto arcabouço específico para o tema.

Outro ponto importante observado foi a frequência das publicações, pois durante a busca realizada observamos de forma objetiva que a legislação acompanhou a disseminação do vírus e a conseqüente evolução da pandemia, de forma que as Figuras demonstraram objetivamente o aumento do número de casos e óbitos no período de flexibilização das medidas não farmacêuticas e de uma queda dos números quando as restrições implementadas pela legislação sanitária eram mais rígidas.

Não foi possível e não era o objetivo deste trabalho discutir ou analisar o desempenho de cada país no combate à pandemia, mas algumas ações tomadas principalmente pela Alemanha, Bélgica, Portugal e Canadá demonstraram melhor organização dos poderes legalmente constituídos e dos organismos sociais no enfrentamento da pandemia.

A Alemanha estruturou o enfrentamento à pandemia de forma organizada entre as autoridades estaduais, distritais e a autoridade federal. O país respondeu ao crescimento dos casos e dos óbitos mediante a aplicação de dispositivos legais já existentes aliados a novas normas, o que garantiu rapidez nas repostas nos momentos mais severos da pandemia.

A Bélgica agiu de forma rápida e segura, produzindo normas eficientes de acordo com modelos internacionais de enfrentamento, implementando medidas não farmacêuticas que tiveram impacto significativo na redução da disseminação do vírus em seu território.

Conforme salientado neste estudo, Portugal teve mais tempo para se preparar para o aparecimento dos casos da COVID-19, no entanto, foi possível observar que as medidas não farmacêuticas de combate a pandemia no país foram bastante flutuantes, ou seja, havia rigor seguido de breve liberação, quando se verificava o aumento de casos e conseqüentemente óbitos, tornando necessário maior rigor legal.

Verificou-se que o Canadá possui uma estrutura legal em matéria de saúde concentrada e delineada pela esfera federal, no entanto, suas províncias possuem certa autonomia para a produção de normas. Não obstante, a resposta canadense foi organizada pela autoridade federal, seguida pelas províncias e culminando em resultados importantes em benefício da população local.

No Brasil e na Argentina foi possível observar períodos mais extensos de picos de casos novos e óbitos do que em outros países.

A Argentina já possuía legislação específica para o enfrentamento de pandemias por conta do surto mundial de gripe aviária ocorrido em 2007, no entanto, mesmo tendo um plano de contingência delineado pelo Ministério da Saúde Argentino, a resposta do país não foi rápida o suficiente, uma vez que o país enfrentava inúmeros problemas, inclusive uma emergência sanitária e social desde 2019.

O Brasil possui dimensões continentais o que naturalmente dificulta o enfrentamento de emergências sanitárias, mas diante da omissão do governo federal em organizar o sistema de enfrentamento da doença a situação tornou-se ainda mais delicada. Não houve a centralização das ações, o que culminou na necessidade de estados e municípios atuarem de forma mais ativa, inclusive no aspecto legislativo.

Por conta da descentralização das medidas não farmacêuticas observamos que no Brasil houve forte disparidade de resposta à pandemia nas diversas regiões, tendo sido as regiões Norte e Nordeste, as mais afetadas inicialmente.

De forma geral o que se observou em cada um dos países inseridos neste estudo, independentemente do número de normas e da estratégia adotada por cada um, é que inúmeros dispositivos tinham como função aumentar o tempo de

duração de uma norma anterior, dessa forma verificou-se a implementação inicial de algumas regras posteriormente adaptadas para acompanhar a evolução da pandemia em cada país.

Verificou-se ainda, que algumas medidas foram adotadas por todos os países analisados, a exemplo da implementação do teletrabalho, o fechamento de escolas e operacionalização da educação à distância, o fechamento de museus e outros ambientes destinados à cultura, bem como a proibição de entrada nos países, salvo exceções previstas nos próprios dispositivos legais e o uso de máscaras.

Conclui-se assim, que a implementação de medidas não farmacêuticas de forma célere e organizada contribuiu de forma significativa para o enfrentamento de situações de emergência em saúde pública, que a pandemia provocada pela COVID-19 demonstrou a necessidade de melhorarmos nossos sistemas de resposta rápida e que a legislação sanitária é fundamental para a preservação da saúde da população.

## 6. Referências

1. Passos E, Walter MTMT. Pandemias do passado, lições para o futuro e um pouco de legislação. *Cad Inf Jurid.* 2020;7(1):9-61.
2. Ujvari SC. Histórias das pandemias. 2a ed. São Paulo: Contexto; 2020.
3. Abreu JMC Jr. O vírus e a cidade: rastro da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918) [tese]. Belém: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará; 2018.
4. Baida R, Chamorro CGA. Doenças entre indígenas do Brasil nos séculos XVI e XVII. *Rev Hist Reflex.* 2011;5(9):1-24.
5. Codeço CT, Coelho FC. Redes: um olhar sistêmico para a epidemiologia de doenças transmissíveis. *Cien Saude Colet.* 2008;13(6):1767-74.
6. Rosen G. A history of public health. Baltimore: Johns Hopkins University Press; 2015.
7. Carlos Neto D, Dendasck C, Oliveira E. A evolução histórica da Saúde Pública. *Rev Cient Multidiscip Nucl Conhecimento* [Internet]. 2016 [citado 8 Jul 2022];1(1):52-67. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/a-evolucao-historica-da-saude-publica>. doi: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/a-evolucao-historica-da-saude-publica.
8. OMS. Organização Mundial de Saúde 1946. Constituição [Internet]. Disponível em: <https://www.who.int/pt/home>
9. Scliar M. Fato histórico: o nascimento da saúde pública. *Rev Soc Bras Med Trop.* 1988;21(2):87-8.
10. Byrne JP. Daily life during the black death. London: Greenwood Publishing Group; 2006.
11. Andrews CJ. Rationality in policy decision making. In: Fischer F, Miller GJ, Sidney MS, editors. *Handbook of public policy analysis*. Boca Raton: CRC Press; 2007. p. 161-72.
12. Souza DO. The COVID-19 pandemic beyond Health Sciences: reflexions on its social determination. *Cien Saude Colet.* 2020;25 Suppl 1:2469-77.
13. Rezende JM. À sombra do Plátano: crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp; 2009. As grandes epidemias da história; p. 73-82.
14. Doolittle BR. Are we Athens or Florence? COVID-19 in historical context. *Fam Med Community Health.* 2021;9(1)e000811. doi: 10.1136/fmch-2020-000811.
15. Bocaccio G. Decamerão. São Paulo: Victor Civita; 1979.
16. Barata RCB. Epidemias. *Cad Saude Publica.* 1987;3(1):9-15.
17. Velloso MP. Os restos na história: percepções sobre resíduos. *Cien Saude Colet.* 2008;13(6):1953-64. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000600031>
18. Brasil. Ministério da Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

19. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica e controle da Peste. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. Série A. Normas e manuais técnicos.
20. Almeida MAP. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. *Hist Cien Saude*. 2014;21(2):687-708.
21. Levi GC, Kallás EG. Varíola, sua prevenção vacinal e ameaça como agente de bioterrorismo. *Rev Assoc Med Bras*. 2002;48(4):357-62.
22. Krylova O, Earn DJD. Patterns of smallpox mortality in London, England, over three centuries. *PLoS Biol*. 2020;18(12):e3000506. doi: 10.1371/journal.pbio.3000506.
23. Brasil. Ministério da Saúde. Boletim da campanha de erradicação da varíola. Brasília: Ministério da Saúde; 1973.
24. Schatzmayr HG. A varíola, uma antiga inimiga. *Cad Saude Publica*. 2001;17(6):1525-30. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000600024>
25. Costa LMC, Merchan-Hamann E. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. *Rev Pan-Amazonica Saude [Internet]*. 2016 [citado 30 Jun 2022];7(1):11-25. Disponível em [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-62232016000100002&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000100002&lng=pt&nrm=iso). doi: <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000100002>
26. Barry JM. A grande gripe: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2020.
27. Liu WJ, Bi Y, Wang D, Gao GF. On the centenary of the spanish flu: being prepared for the next pandemic. *Virologia Sin*. 2018;33(6):463-6. doi: 10.1007/s12250-018-0079-1.
28. Abrão JS. Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918. 2a ed. Porto Alegre: Edipuc; 2009.
29. Kolata G. Gripe: a história da pandemia de 1918. Rio de Janeiro: Record; 2002.
30. Fioravanti C. Semelhanças entre a gripe espanhola e a COVID-19. São Paulo: Pesqui FAPESP [Internet]. 2020 [citado 15 Abr 2020]. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/03/26/semelhancas-entre-a-gripe-espanhola-e-a-CoVid-19/>
31. Neto M, Gomes TO, Cunha CS, Souza HAN, Macena MVM, Fonseca MHS, et al. Lessons from the past in the present: news from the Spanish flu pandemic to COVID-19. *Rev Bras Enferm*. 2022;75(1):e20201161. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1161>
32. Carneiro M, Trench F, Pina J, Waib LF, Pedro FL, Motta F. Influenza H1N1 2009: revisão da primeira pandemia do século XXI. *Rev AMRIGS*. 2010;54(2):206-13.
33. Wang W, Qiu B, Li Q, Chen H, Xu W. CT onset of influenza A (H1N1) complicated with severe pneumonia in two typical cases. *Panminerva Med*. 2010;52(4):355-9.

34. Chan M. World now at start of 2009 influenza pandemic [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2009 [citado 10 Abr 2020]. Disponível em: [http://www.who.int/mediacentre/news/statements/2009/h1n1\\_pandemic\\_phase6\\_20090611/en/index.html](http://www.who.int/mediacentre/news/statements/2009/h1n1_pandemic_phase6_20090611/en/index.html)
35. Burger AE, Reither EN, Mamelund SE, Lim S. Black-white disparities in 2009 H1N1 vaccination among adults in the United States: a cautionary tale for the COVID-19 pandemic. *Vaccine*. 2021;39(6):943-51. doi: 10.1016/j.vaccine.2020.12.069.
36. Croda JHR, Garcia LP. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiol Serv Saude* [Internet]. 2020 [citado 13 Abr 2020];29(1):e2020002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222020000100100&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000100100&lng=pt). doi: 10.5123/s1679-49742020000100021
37. World Health Organization. WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel coronavirus (2019-nCoV) [Internet]. Geneva: WHO; 2020 [citado 16 Abr 2021]. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-healthregulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-healthregulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))
38. World Health Organization. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19-11 March 2020 [Internet]. Geneva: WHO; 2020 [citado 16 Abr 2021]. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-openingremarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>
39. Spiteri G, Fielding J, Diercke M, Campese C, Enouf V, Gaymard A, et al. First cases of coronavirus disease 2019 (COVID-19) in the WHO European Region, 24 January to 21 February 2020. *Euro Surveill*. 2020;25(9):2000178. doi: 10.2807/1560-7917.ES.2020.25.9.2000178.
40. Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde declara transmissão comunitária [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [citado 8 Abr 2021];7(esp):1-28. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/imagens/pdf/2020/april/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>
41. Mahase E. coronavirus: covid-19 has killed more people than SARS and MERS combined, despite lower case fatality rate. *BMJ*. 2020;368:m641. doi: 10.1136/bmj.m641.
42. Shereen MA, Khan S, Kazmi A, Bashir N, Siddique R. COVID-19 infection: origin, transmission, and characteristics of human coronaviruses. *J Adv Res*. 2020;24:91-8. doi: 10.1016/j.jare.2020.03.005.
43. Zhou M, Zhang X, Qu J. coronavirus disease 2019 (COVID-19): a clinical update. *Front Med*. 2020;14(2):1-10. doi: 10.1007/s11684-020-0767-8.
44. Bai Y, Yao L, Wei T, Tian F, Jin DY, Chen L, et al. Presumed asymptomatic carrier transmission of COVID-19. *JAMA*. 2020;323(14):1406-7. doi: 10.1001/jama.2020.2565.

45. Oliveira AC, Lucas TC, Iquiapaza RA. What has the Covid-19 pandemic taught us about adopting preventive measures? *Texto Contexto Enferm.* 2020;29:e20200106. doi: 10.1590/1980-265X-TCE-2020-0106.
46. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Folha informativa-Covid19 (doença causada pelo novo coronavírus) [Internet]. Washington: Paho; 2021 [citado 15 Mar 2021]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>
47. Aquino EML, Silveira IH, Pescarini JM, Aquino R, Souza-Filho JA, Rocha AS, et al. Social distancing measures to control the COVID-19 pandemic: potential impactus and challenges in Brazil. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2020 [citado 17 Abr 2021];25 Supl 1: 2423-46. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en). doi: 10.1590/1413-81232020256.1.10502020.
48. Ferreira ABH. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5a ed. Curitiba: Editora Positivo; 2010.
49. Wilder-Smith A, Freedman DO. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavírus (2019-nCoV) outbreak. *J Travel Med* [Internet]. 2020 [citado 13 Mar 2020];27(2):taaa020. doi: 10.1093/jtm/taaa020.
50. Dias JAA, Dias MFSL, Oliveira, ZM, Freitas LMA, Santos NCN, Freitas MCA. Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da COVID-19. *Rev Enferm Cent-Oeste Min* [Internet]. 2020 [citado 25 Out 2020]10:e3795; Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/3795>. doi: <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v10i0.3795>
51. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo de manejo clínico da COVID-19, na Atenção Especializada [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [citado 10 mai 2021]. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/14/Protocolo-de-Manejo-Clinico-para-o-Covid-19.pdf>
52. Schuchmann AZ, Schnorrenberger BL, Chiquetti ME, Gaiki RS, Raimann BW, Maeyama MA. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. *Braz J Health Rev.* 2020;3(2):3556-76. doi: 10.34119/bjhrv3n2-185.
53. Werneneck GL, Carvalho MS. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2020 [citado 10 Mai 2021];36(5):e00068820. Disponível em: [http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/pages/iframe\\_print.php?aid=1036](http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/pages/iframe_print.php?aid=1036)
54. Li R, Pei S, Chen B, Song Y, Zhang T, Yang W, et al. Substantial undocumented infection facilitates the rapid dissemination of novel coronavírus (SARS-CoV2). *Science* [Internet]. 2020 [citado 12 Mai 2020];368:489-93. Disponível em: <https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.abb3221>

55. Faro A, Bahiano MA, Nakano TC, Reis C, Silva BFP, Vitti LS. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estud Psicol.* 2020;37:e200074. doi: 10.1590/1982-0275202037e200074.
56. Centers for Disease Control and Prevention. Social distancing, quarantine, and isolation: keep your distance to slow the spread [Internet]. Atlanta: Centers of Disease Control and Prevention; 2020 [citado 2 Set 2021]. Disponível em: <http://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/prevent-getting-sick/social-distancing.html>
57. Demaria F, Vicari S. COVID-19 quarantine: psychological impact and support for children and parents. *Ital J Pediatr.* 2021;47(1):58. doi: 10.1186/s13052-021-01005-8.
58. Ventura DFL, Aith FMA, Rached DH. The emergency of the new coronavirus and the “Quarantine Law” in Brazil. *Rev Direito Prax.* 2021;12(1):102-38.
59. Bundesamt für Justiz, Deutschland. <https://www.gesetze-im-internet.de/aktuell.html>
60. Belgisch Staatsblad, Belgium. <https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi/welcome.pl>.
61. Diário da república eletrônico. <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-Covid-19>
62. Canadian Justice Laws Website. <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/>
63. Infoleg, Información Legislativa y Documental. <http://www.infoleg.gob.ar/>
64. Portal da Legislação. <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>.
65. Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Regulamento sanitário internacional [Internet]. Washington: PAHO; 2005 [citado 18 Dez 2021]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/regulamento-sanitario-internacional-rsi>
66. World Health Organization. Internacional health regulations [Internet]. Geneva: WHO; 2005 [citado 15 Dez 2020]. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab_1)
67. Bannett B, Carney T. Public health emergencies of international concern: global, regional and local responses to risk. *Med Law Rev.* 2017;25(2):223-39. doi: 10.1093/medlaw/fwx004.
68. Adhikari SP, Meng S, Wu YJ, Mao YP, Ye RX, Wang QZ, et al. Epidemiology, causes, clinical manifestation and diagnosis, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) during the early outbreak period: a scoping review. *Infect Dis Poverty* [Internet]. 2020 [citado 12 Nov 2021];9:29. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1186%2Fs40249-020-00646-x>
69. Schwartz JL. The Spanish Flu, epidemics, and the turn to biomedical responses. *Am J Public Health* [Internet]. 2018 [citado 10 Set 2021];108(11):1455-8. Disponível em: [https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2018.304581?url\\_ver=Z39.88-2003&rfr\\_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&rfr\\_dat=cr\\_pub++0pubmed&](https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2018.304581?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&rfr_dat=cr_pub++0pubmed&)
70. Uchôa SBB, Uchôa BB. Coronavírus (COVID-19) - um exame constitucional e ético das medidas previstas na lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Cad Prospec.* 2020;13(2):441-58. doi: 10.9771/cp.v13i2 COVID-19.36163.

71. World Bank. GDP per capita, PPP (current international \$) - Germany [Internet]. Washington: World Bank; 2021 [citado 18 Dez 2021]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?locations=DE>
72. Organization for Economic Cooperation and Development Statistics. Country statistical profiles: Germany [Internet]. Paris: OECD Stat; 2021 [citado 18 Dez 2021]. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?QueryId=58516#>
73. Pereira AMM, Machado CV, Veny MB, Juan AMY, Recio SN. Governança e capacidade estatal frente à COVID-19 na Alemanha e na Espanha: respostas nacionais e sistemas de saúde em perspectiva comparada. *Cien Saude Colet.* 2021;26(10):4425-37. doi: 10.1590/1413-812320212610.11312021.
74. Ritchie H, Mathieu E, Rodés-Guirao L, Appel C, Giattino C, Ortiz-Ospina E, et al. coronavírus pandemic (COVID-19) [Internet]. Oxford: Our World In Data; 2020 [citado 10 Maio 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>
75. Bundesministerium für Gesundheit (Federal Ministry of Health). Bundesministerium Für Gesundheit [Internet]. [citado 10 Mai 2021]. Disponível em: <https://www.bundesgesundheitsministerium.de>
76. Bundesgesetz. Bundesgesetzblatt online [Internet]. Germany: Bundesanzeiger Verlag; 2021 [citado 10 Mai 2021]. Disponível em: [https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger\\_BGBl#\\_\\_bgbl\\_\\_%2F%2F\\*%5B%40attr\\_id%3D%27I\\_2020\\_52\\_inhaltsverz%27%5D\\_\\_1605909126275](https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger_BGBl#__bgbl__%2F%2F*%5B%40attr_id%3D%27I_2020_52_inhaltsverz%27%5D__1605909126275)
77. Tomori DV, Rübsamen N, Berger T, Scholz S, Walde J, Wittenberg I, et al. Individual social contact data and population mobility data as early markers of SARS-CoV- 2 transmission dynamics during the first wave in Germany - an analysis based on the COVIMOD study. *BMC Med.* 2021;19(271):1-13.
78. Krauth C, Oedingen C, Bartling T, Dreier M, Spura A, Bock F, et al. Public preferences for exit strategies from COVID-19 lockdown in Germany - a discrete choice experiment. *Int J Public Health.* 2021;66:591027.
79. Our World in Data. Germany: Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people [Internet]. 2021 [citado 12 Mai 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&pickerSort=desc&pickerMetric=location&Metric=Confirmed+deaths&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~DEU>
80. Our World in Data [Internet]. Germany [citado 15 Mai 2022]. <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?time=earliest..2021-12-30&facet=none&pickerSort=desc&pickerMetric=location&Metric=Confirmed+cases&Inter>

val=7-

day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&count  
ry=~DEU

81. <https://dejure.org/>
82. Alemanha. Ministério Federal da Justiça e do Departamento Federal de Justiça. Lei de proteção contra Infecções, de 20 de Julho de 2000 (BGBl. I p. 1045) [Internet]. Bonn: IfSG; [citado 22 Fev 2021]. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/ifsg/>
83. Die Bundeskanzlerin. Reunião do Chanceler Federal com os chefes de governo dos estados federais em 22 de março de 2020 [Internet]. Berlin: Die Bundeskanzlerin; 2020 [citado 01 Mar 2021]. Disponível em: <https://www.bundesregierung.de/breg-de/themen/coronavirus/besprechung-der-bundeskanzlerin-mit-den-regierungschefinnen-und-regierungschefs-der-laender-vom-22-03-2020-1733248>
84. Alemanha. Lei para proteger a população em situação epidêmica de interesse nacional, 27 de Março de 2020 [Internet]. Köln: Bundesanzeiger; 2020 [citado 9 de Mar 2021]. Disponível em: [https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger\\_BGBl#\\_\\_bgbl\\_\\_%2F%2F\\*%5B%40attr\\_id%3D%27bgbl120s0587.pdf%27%5D\\_\\_1656631077109](https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger_BGBl#__bgbl__%2F%2F*%5B%40attr_id%3D%27bgbl120s0587.pdf%27%5D__1656631077109)
85. Alemanha. Ordens de acordo com o § 5 da Lei de Proteção de Infecções após a determinação de uma situação epidêmica de importância nacional pelo Bundestag alemão [Internet]. BanzAT [citado 9 Abr 2020]. Disponível em: <https://www.bundesanzeiger.de/pub/de/amtliche-veroeffentlichung?1>
86. Alemanha. Segunda Lei para proteção da população em situação epidêmica de importância nacional [Internet]. Bundesanzeiger [citado 19 Mai 2020]. Disponível em: [https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger\\_BGBl#\\_\\_bgbl\\_\\_%2F%2F\\*%5B%40attr\\_id%3D%27bgbl120s1018.pdf%27%5D\\_\\_1656630997421](https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger_BGBl#__bgbl__%2F%2F*%5B%40attr_id%3D%27bgbl120s1018.pdf%27%5D__1656630997421)
87. Alemanha. Ordens de viagem após a determinação de uma situação epidêmica de âmbito nacional, 6 de Ago de 2020 [Internet]. Bundesanzeiger [citado 2 Abr 2021]. Disponível em: <https://www.bundesanzeiger.de/pub/de/amtliche-veroeffentlichung?13>
88. Alemanha. Portaria sobre a obrigatoriedade de testar pessoas que entram no país provenientes de áreas de risco, 7 de Agosto de 2020 [Internet]. Bundesanzeiger [citado 15 Abr 2021]. Disponível em: <https://www.bundesanzeiger.de/pub/de/amtliche-veroeffentlichung?11>
89. Alemanha. Terceira Lei para a proteger a população em situação epidêmica de interesse nacional [Internet]. Bundesanzeiger [citado 15 abr 2021]. Disponível em: [https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger\\_BGBl#\\_\\_bgbl\\_\\_%2F%2F\\*%5B%40attr\\_id%3D%27bgbl120s2397.pdf%27%5D\\_\\_1656630866500](https://www.bgbl.de/xaver/bgbl/start.xav?startbk=Bundesanzeiger_BGBl#__bgbl__%2F%2F*%5B%40attr_id%3D%27bgbl120s2397.pdf%27%5D__1656630866500)

90. Alemanha. Portaria sobre o direito à vacinação contra o coronavírus, de 21 de Dezembro de 2020 [Internet]. Bundesanzeiger [citado 20 Abr 2021]. Disponível em: <https://www.bundesanzeiger.de/pub/de/amtliche-veroeffentlichung?4>
91. Alemanha. Portaria que regulamenta as simplificações e exceções às medidas protetivas para evitar a propagação do COVID-19, de 8 de Maio de 2021 [Internet]. Bunderministerium der Justiz [citado 05 Mai 2021]. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/schausnahmv/BJNR612800021.html>
92. <https://www.bundesanzeiger.de/pub/de/amtliche—teil?23>
93. Alemanha. Ministério da Saúde Federal. Portaria sobre proteção contra riscos de infecções relacionadas à entrada em relação ao coronavírus. BAnz AT [Internet]. 29 Set 2021 [citado 15 Out 2021]. V1. Disponível em: <https://www.bundesanzeiger.de/pub/de/amtliche-veroeffentlichung?48>
94. [https://pt.theglobaleconomy.com/Belgium/health\\_spending\\_as\\_percent\\_of\\_gdp/](https://pt.theglobaleconomy.com/Belgium/health_spending_as_percent_of_gdp/).
95. Countrymeters. População da Bélgica [Internet]. 2022 [citado 5 Jun 2021]. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Belgium>
96. IBGE. Bélgica: histórico [Internet]. 2022 [citado 5 Jun 2021]. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/belgica>
97. Bélgica. Conselho do diário oficial da Bélgica. [internet]. 2022 [citado em 5 jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be>
98. Our World in Data [Internet] Bélgica; 2022 [citado 5 Jun 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+cases&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~BEL>
99. Our World in Data [Internet] Bélgica; 2022 [citado 5 Jun 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~BEL&Metric=Confirmed+deaths>
100. Bélgica. Circulaire n° 680. Directives pour la préparation à l'émergence d'une pandémie ( coronavirus COVID-19) pour le personnel des services de la fonction publique administrative fédérale telle que définie à l'article 1er de la loi du 22 juillet 1993 portant certaines mesures en matière de fonction publique [Internet]. Bruxelles: Strategie et Appui; 2020 [citado 5 Jun 2021]. Disponível em: [https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi\\_loi/change\\_lg\\_2.pl?language=fr&la=F&nm=2020040515](https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/change_lg_2.pl?language=fr&la=F&nm=2020040515)
101. De Baetselier I, Apers L, Platteau T. The impact of physical restriction measures imposed during the two waves of COVID-19 on chlamydia and gonorrhoea diagnoses in Belgium. Results

- of an sexually transmitted infection clinic. *Int J STD AIDS*. 2021;32(11):998-1003. doi: 10.1177/09564624211013289.
102. Bélgica. Decreto nº 2020040610. Ordem do governo sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus [Internet]. Bruxelles: Communauté Française; 2020 [citado 6 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/03/10/2020040610/justel>
103. Bélgica. Decreto nº 2020040632. Arrêté du Gouvernement de la Communauté française portant des mesures d'urgence pour limiter la propagation du coronavirus COVID-19 dans l'Enseignement supérieur, l'Enseignement de Promotion sociale, l'Aide à la jeunesse, les Maisons de justice, la Jeunesse et les Sports. Bruxelles: Communauté Française; 2020 [citado 6 Jun 2022]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/03/13/2020040632/justel>
104. Stans J, Delangue M. Clinical studies regarding COVID-19 in Belgium. *Adv Respir Med*. 2021;89(5):548-9. doi: 10.5603/ARM.a2021.0065.
105. Adriaens K, Gucht DV, Lommel SV, Baeyens F. Vaping during the COVID-19 lockdown period in Belgium. *BMC Public Health*. 2021;21:1613. doi: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11637-4>
106. Bélgica. Decreto nº 2020030347. Arrêté ministériel portant des mesures d'urgence pour limiter la propagation du coronavirus COVID-19. Bruxelles: Communauté Française; 2020 [citado 6 Jun 2022]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/03/23/2020030347/justel>
107. Vanderplanken K, Broucke SV, Aujoulat I, Loenhout JAF. The relation between perceived and actual understanding and adherence: results from a National Survey on COVID-19 measures in Belgium. *Int J Environ Res Public Health*. 2021;18(19):10200. doi: <https://doi.org/10.3390/ijerph181910200>.
108. Bélgica. Decreto nº 2020030744. Ministerieel besluit houdende wijziging van het ministerieel besluit van 23 maart 2020 houdende dringende maatregelen om de verspreiding van het coronavirus COVID-19 te beperken. *Belgisch Staatsblad* [Internet]. 17 de April de 2020 [citado 6 Jun 2022]. Disponível em: [https://www.ejustice.just.fgov.be/mopdf/2020/04/22\\_2.pdf#Page7](https://www.ejustice.just.fgov.be/mopdf/2020/04/22_2.pdf#Page7)
109. Belgica. Decreto nº 2020041122. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 23 de março de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. [internet]. 30 de Abril de 2020. [citado 11 jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/04/30/2020041122/justel>
110. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 23 de março de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020020897. [internet]. 08 de maio de 2020. [citado 11 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/05/08/2020020897/justel>

111. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 23 de março de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020041366. [internet]. 15 de Maio de 2020. [citado 11 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/05/15/2020041366/justel>
112. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 23 de março de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020030933. [internet]. 25 de Maio de 2020. [citado 11 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/05/25/2020030933/justel>
113. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 23 de março de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020030965. [internet]. 30 Maio 2020. [citado 12 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/05/30/2020030965/justel>
114. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 30 de junho de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020042289. [internet]. 10 de julho de 2020. [citado 12 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/07/10/2020042289/justel>
115. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 30 de junho de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020031255. [internet]. 22 de agosto de 2020. [citado 12 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/08/22/2020031255/justel>
116. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 30 de junho de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020043191. [internet]. 25 de setembro de 2020. [citado 12 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/09/25/2020043191/justel>
117. Bollen N, Artesi M, Durkin K, Hong SL, Potter B, Boujemla B, et al. Exploiting genomic surveillance to map the spatio-temporal dispersal of SARS-CoV-2 spike mutations in Belgium across 2020. *Sci Rep.* 2021;11:18580. doi: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-97667-9>.
118. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 18 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020031559. [internet]. 23 de outubro de 2020. [citado 18 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/10/23/2020031559/justel>
119. Despacho do Ministro Presidente da Região de Bruxelas-Capital estabelecendo toque de recolher das 22h00 às 6h00. Despacho nº 2020031578. [internet]. 26 de outubro de 2020. [citado 18 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/10/26/2020031578/justel>
120. Bélgica. Circular ministerial sobre as diretivas decorrentes das medidas tomadas no âmbito do combate ao vírus COVI-19 e vigilância policial. Circular nº 2020015931. [Internet]. 28 de

- outubro de 2020. [citado 18 Jun 2021]. Disponível em: [https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi\\_loi/change\\_lg\\_2.pl?language=fr&la=F&nm=2020015931](https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/change_lg_2.pl?language=fr&la=F&nm=2020015931)
121. Bélgica. Circular do Governo da Valônia relativo à organização do trabalho no contexto da pandemia de coronavírus. Circular nº 2020015942. [Internet]. 30 de outubro de 2020. [citado 18 Jun 2021]. Disponível em: [https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi\\_loi/change\\_lg\\_2.pl?language=fr&la=F&nm=2020015942](https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/change_lg_2.pl?language=fr&la=F&nm=2020015942)
  122. Bélgica. Decreto que exige o uso de máscaras nos serviços de transporte público de passageiros da Região da Valônia para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020016434. 10 de dezembro de 2020. [citado 18 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/12/10/2020016434/justel>
  123. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020031708. 11 de dezembro de 2020. [citado 18 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/12/11/2020031708/justel>
  124. Bélgica. Decreto do Governo da Valônia de poderes especiais n.º 68 que insere um artigo 47/17bis no Código de Ação Social e Saúde da Valônia relativo à vacinação de adultos contra o COVID-19. [Internet]. 16 de dezembro de 2020. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/12/16/2020044464/justel>
  125. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020031758. 20 de dezembro de 2020. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/12/20/2020031758/justel>
  126. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2020044702. 24 de dezembro de 2020. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2020/12/24/2020044702/justel>
  127. Bélgica. Decreto Ministerial que altera o Decreto Ministerial de 28 de outubro de 2020 que estabelece medidas de emergência para conter a propagação do coronavírus. Decreto nº 2021020165. 18 de janeiro de 2021. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: [https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi/article.pl?numac=2021020165&caller=list&article\\_lang=D&row\\_id=2101&numero=2185&pub\\_date=2021-01-18&pdda=2021&ddfm=12&language=fr&du=d&choix1=ET&fr=f&pdfa=2021&choix2=ET&text1=covid&pddj=01&fromtab=+mofxt+UNION+montxt+UNION+modtxt&pddm=01&nl=n&pdfj=31&sql=dd+between+date%272021-01-01%27+and+date%272021-12-31%27++and+pd+between+date%272021-01-01%27+and+date%272021-12-31%27++and+\(+\(htit+contains++\(%27covid%27\)+++++\)+or+\(+text+contains++\(%27cov](https://www.ejustice.just.fgov.be/cgi/article.pl?numac=2021020165&caller=list&article_lang=D&row_id=2101&numero=2185&pub_date=2021-01-18&pdda=2021&ddfm=12&language=fr&du=d&choix1=ET&fr=f&pdfa=2021&choix2=ET&text1=covid&pddj=01&fromtab=+mofxt+UNION+montxt+UNION+modtxt&pddm=01&nl=n&pdfj=31&sql=dd+between+date%272021-01-01%27+and+date%272021-12-31%27++and+pd+between+date%272021-01-01%27+and+date%272021-12-31%27++and+(+(htit+contains++(%27covid%27)+++++)+or+(+text+contains++(%27cov)

id%27)++++++)&ddda=2021&pdfm=12&rech=2215&tri=dd+AS+RANK+&trier=promulgation&ddfa=2021&dddj=01&dddm=01&ddfj=31

128. Bélgica. Despacho do Governo que estabelece medidas para prevenir a propagação do coronavírus (COVID-19). Despacho nº 2021200328. 21 de janeiro de 2021. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/01/21/2021200328/justel>
129. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021040940. 06 de março de 2021. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/03/06/2021040940/justel>
130. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021041075. 26 de março de 2021. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/03/26/2021041075/justel>
131. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021031249. 27 de abril de 2021. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/04/27/2021031249/justel>
132. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021031562. 07 de maio de 2021. [citado 19 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/05/07/2021031562/justel>
133. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021032061. 27 de julho de 2021. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/07/27/2021032061/justel>
134. Bélgica. Decreto ministerial que altera o decreto ministerial de 28 de outubro de 2020 sobre medidas de emergência para limitar a propagação do coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021033368. 27 de setembro de 2021. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/09/27/2021033368/justel>
135. Bélgica. Ordem de Polícia do Ministro-Presidente que mantém certas restrições sanitárias no combate ao COVID-19 e revoga a ordem de polícia de 30 de setembro de 2021. Ordem nº 2021022262. 14 de outubro de 2020. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/10/14/2021022262/justel>
136. Bélgica. Ordem de Polícia do Ministro-Presidente que mantém certas restrições sanitárias no combate ao COVID-19 e revoga a ordem de polícia de 28 de outubro de 2021. Ordem nº

2021043187. 15 de novembro de 2021. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/11/15/2021043187/justel>
137. Bélgica. Decreto real que estabelece as medidas de polícia administrativa necessárias para prevenir ou limitar as consequências para a saúde pública da emergência declarada relativa à pandemia de coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021043241. 27 de novembro de 2021. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/11/27/2021043241/justel>
138. Bélgica. Decreto real que estabelece as medidas de polícia administrativa necessárias para prevenir ou limitar as consequências para a saúde pública da emergência declarada relativa à pandemia de coronavírus COVID-19. Decreto nº 2021043284. 04 de dezembro de 2021. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/12/04/2021043284/justel>
139. Bélgica. Portaria ministerial relativa ao cancelamento de atividades de carácter privado ou público, de carácter cultural, social, festivo, folclórico, desportivo e recreativo. Portaria nº 2021043632. 22 de dezembro de 2021. [citado 20 Jun 2021]. Disponível em: <https://www.ejustice.just.fgov.be/eli/arrete/2021/12/22/2021043632/justel>
140. Portugal. Instituto Nacional de Estatística. Censo 2021 [Internet]. Lisboa: INE; 2021 [citado 8 Jul 2021]. Disponível em: [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)
141. <https://pt.theglobaleconomy.com/Portugal/>.
142. Portugal. Instituto Nacional de Saúde. Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença Por Novo Coronavírus (COVID-19). Lisboa: Serviço Nacional de Saúde; 2020.
143. Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Acesso e cuidados especializados [Internet]. Brasília: CONASS; 2021 [citado 8 Jul 2022]. v. 5. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/volume-5-acesso-e-cuidados-especializados/>
144. Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Reflexões e futuro [Internet]. Brasília: CONASS; 2021 [citado 8 Jul 2022]. v. 6. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/covid-19-volume6.pdf>
145. Our World in Data. Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people (Portugal). [Internet]. 2022 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+deaths&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~PRT>
146. Our World in Data. Daily new confirmed COVID-19 cases per million people (Portugal). [Internet]. 2022 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+cases&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~PRT>

147. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 10-A/2020, 13 de março de 2020. Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19. Diário da República [Internet]. 13 Mar 2020 [citado 8 Jul 2022]; Sér 1(52):2-13. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/10-a/2020/03/13/p/dre/pt/html>
148. Portugal. Ministério da Economia e da Transição Digital. Portaria 71/2020, 15 de março de 2020. Restrições no acesso e na afetação dos espaços nos estabelecimentos comerciais e nos de restauração ou de bebidas. Diário da República [Internet]. 15 Mar 2020 [citado 8 Jul 2022]; Ser 1:(52-A):2-3. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/71/2020/03/15/p/dre/pt/html>
149. Portugal. Presidência da República. Decreto n.º 14-A/2020, de 18 de março. Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Diário da República [Internet]. 18 Mar 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(55):2-4. 3º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/decpresrep/14-a/2020/03/18/p/dre/pt/html>
150. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto nº 2-A/2020, 20 de março 2020. Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo presidente da república. Diário da República [Internet]. 20 Mar 2020 [citado 11 Jul 2022]; Ser 1(57):5-17. Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec/2-a/2020/03/20/p/dre/pt/html>
151. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril de 2020. Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República. Diário da República [Internet]. 2 Abr 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(66):2-20. 2º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec/2-b/2020/04/02/p/dre/pt/html>
152. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril. Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República. Diário da República [Internet]. 17 Abr 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(76):9-28. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec/2-c/2020/04/17/p/dre/pt/html>
153. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto n.º 20-A/2020, de 17 de abril. Procede à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Diário da República [Internet]. 17 Abr 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(76):2-5. 1º Suplemento. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-presidente-republica/20-a-2020-131908497>
154. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução n.º 33-C/2020, de 30 de abril. Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19. Diário da República [Internet]. 30 abril 2020 [citado 15 Jul 2022]; Sér 1(85):23-25. 3º Suplemento. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/33-c-2020-132883346>
155. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio. Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- Diário da República [Internet]. 1 Maio 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(89):2-10. 1º Suplemento. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/20-2020-132883356>
156. Portugal. Decreto nº 28-B/2020, de 26 de junho de 2020. Regime contraordenacional, no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta. Diário da República [Internet]. 26 Jun 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(123): 2º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/28-b/2020/p/cons/20211127/pt/html>
157. Portugal. Resolução n.º 70-A/2020, de 11 de setembro. Declara a situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Diário da República [Internet]. 11 Set 2020 [citado 11 Jul 2022]; Sér 1(178):2-15. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/70-a/2020/09/11/p/dre/pt/html>
158. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 79-A/2020. Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais. Diário da República [Internet]. 1 Out 2020 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(192): 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/79-a/2020/p/cons/20211127/pt/html>
159. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 94-A/2020, de 3 de novembro. Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19. Diário da República [Internet]. 3 Nov 2020 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(214):2-7. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/94-a/2020/11/03/p/dre/pt/html>
160. Portugal. Defesa Nacional. Administração Interna e Saúde. Despacho n.º 11737/2020, de 26 de novembro. Determina a constituição de uma task force para a elaboração do Plano de vacinação contra a COVID-19 em Portugal, integrada por um núcleo de coordenação e por órgãos, serviços e organismos de apoio técnico. Diário da República [Internet]. 26 Nov 2020 [citado 12 Jul 2022]; Sér 2(231):46-7. Disponível em: <https://files.dre.pt/2s/2020/11/231000000/0004600047.pdf>
161. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro. Estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais. Diário da República [Internet]. 22 Jan 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(15):11-4. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/8-b/2021/01/22/p/dre/pt/html>
162. Portugal. Administração Interna - Gabinete do Ministro. Despacho n.º 1242-D/2021, de 29 de janeiro. Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre. Diário da República [Internet]. 29 Jan 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 2(20):2. 3º Suplemento. Disponível em: <https://files.dre.pt/2s/2021/01/020000003/0000200002.pdf>
163. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021, de 13 de março. Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19. Diário da República

- [Internet]. 13 Mar 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(50):29-31. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/19/2021/03/13/p/dre/pt/html>
164. Portugal. Assembleia da República. Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril. Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando, pela segunda vez, a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro. Lei nº 13-A/2021. Diário da República [Internet]. 5 Abr 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(65):2-5. 2º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/13-b/2021/04/05/p/dre/pt/html>
165. Portugal. Economia e Transição Digital - Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital. Despacho n.º 7374-A/2021, de 23 de julho. Permite a reabertura dos estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, casinos, bingos ou similares situados em municípios de risco elevado e de risco muito elevado. Diário da República [Internet] 23 Jul 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 2(142):2. 1º Suplemento. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/7374-a-2021-168184709>
166. Portugal. Economia e Transição Digital - Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital. Despacho n.º 7374-D/2021, de 23 de julho. Permite a reabertura das termas e SPAs ou estabelecimentos afins situados em municípios de risco elevado e muito elevado. Diário da República [Internet] 23 Jul 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 2(142):2-2. 2º Suplemento. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/7374-d-2021-168296696>
167. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho. Executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2021/953, relativo ao Certificado Digital COVID da UE. Diário da República [Internet]. 25 Jun 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(122):2-6. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/54-a/2021/06/25/p/dre/pt/html>
168. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2021, de 30 de julho. Altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Diário da República [Internet] 30 Jul 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(147):2-20. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/101-a/2021/07/30/p/dre/pt/html>
169. Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. Altera as medidas no âmbito da situação de alerta. Diário da República [Internet] 30 Set 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 1(190):9-19. 1º Suplemento. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/135-a/2021/09/29/p/dre/pt/html>
170. Portugal. Despacho n.º 11820-B/2021, de 29 de novembro. Negócios Estrangeiros, Administração Interna e Saúde - Gabinetes do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Saúde e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus. Define as medidas aplicáveis nas fronteiras terrestres durante a vigência das medidas especiais em matéria de testagem.

- Diário da República [Internet] 29 Nov 2021 [citado 12 Jul 2022]; Sér 2(231):2-3. 2º Suplemento. Disponível em: <https://files.dre.pt/2s/2021/11/231000002/0000200003.pdf>
171. Portugal. Assembleia da República. Lei n.º 88/2021, de 15 de dezembro. Regime transitório de obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos. Diário da República [Internet]. 15 Dez 2021 [citado 15 Dez 2021]; Sér 1(241):10-1. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/88/2021/12/15/p/dre/pt/html>
172. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2020: relatório anual [Internet]. Brasília: PNUD; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: [file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/f48ba1fbcbeaa7d2eb69277d69d2e2ad6c4d5bfa9a94cf92469361b0f16e65b2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/f48ba1fbcbeaa7d2eb69277d69d2e2ad6c4d5bfa9a94cf92469361b0f16e65b2%20(1).pdf)
173. Brandão JRM. A atenção primária à saúde no Canadá: realidade e desafios atuais. *Cad Saúde Pública*. 2019;35:e00178217. doi: 10.1590/0102-311X00178217.
174. McCoy LG, Smith J, Anchuri K, Berry I, Pineda J, Harish V, et al. Characterizing early Canadian federal, provincial, territorial and municipal nonpharmaceutical interventions in response to COVID-19: a descriptive analysis. *CMAJ Open*. 2020;8(3):E545-53. doi: 10.9778/cmajo.20200100.
175. Henry B. Canadian pandemic influenza preparedness: public health measures strategy. *Can Commun Dis Rep*. 2019;45(6):159–63. doi: <https://doi.org/10.14745/ccdr.v45i06a03>
176. Canada. Minister of Justice. Quarantine ACT: S.C. 2005, c 20. An Act to prevent the introduction and spread of communicable diseases [Internet]. Ottawa: Minister of Justice; 2005[citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/q-1.1/page-1.html>
177. Brankston G, Merkley E, Fisman DN, Tuite AR, Poljak Z, Loewen, PJ, et al. Quantifying contact patterns in response to COVID-19 Public Health Measures in Canada. *medRxiv* [preprint]. 2021 [postado 12 Mar 2021]. <https://doi.org/10.1101/2021.03.11.21253301>
178. Our World in Data. COVID-19 data explorer: Canada. Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people [Internet]. 2020 [citado 18 Dez 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+deaths&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~CAN>
179. Our World in Data. COVID-19 data explorer: Canada. Daily new confirmed COVID-19 cases per million people [Internet]. 2020 [citado 18 Dez 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+cases&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~CAN>

180. Government of Canada. List of Acts and Regulations [Internet]. Ottawa; 2022 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/public-health/corporate/mandate/about-agency/acts-regulations/list-acts-regulations.html>
181. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to 2019-nCoV acute respiratory disease in Canada order (PC Number: 2020-0059, Date: 2020-02-03). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=38812&lang=en>
182. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to 2019-nCoV acute respiratory disease in Canada order (PC Number: 2020-0070, Date: 2020-02-17). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=38950&lang=en>
183. Government of Canada. Orders in Council Division. The minimizing the risk of exposure to COVID-19 coronavirus Disease in Canada order (prohibition of entry into Canada) is repealed (P.C. 2020-0157, March 18, 2020). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://gazette.gc.ca/rp-pr/p1/2020/2020-04-04/html/order-decret-eng.html>
184. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (Prohibition of entry into Canada from the United States). (PC 2020-0161, PC Number: 2020-0161, Date: 2020-03-20) Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=38958&lang=en>
185. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0175, Date: 2020-03-24). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=38989&lang=en>
186. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0260, Date: 2020-04-14) [Internet]. Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39166&lang=en>
187. Government of Canada. Orders in Council Division. *Canadá*. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0524, Date: 2020-06-29) [Internet]. Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39482&lang=en> Return to footnote 11 referrer  
Footnote 12 Government
188. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0589, Date: 2020-08-30) [Internet]. Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39613&lang=en>

189. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0689, Date: 2020-09-28). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39657&lang=en>
190. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0797, Date: 2020-10-7). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39781&lang=en>
191. Government of Canada. Orders in Council Division. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0840, Date: 2020-10-30). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39829&lang=en>
192. Government of Canada. Orders in Council Division. Canadá. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (mandatory isolation). (PC Number: 2020-0967, Date: 2020-11-29). Ottawa; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=39976&lang=en>
193. Our World in Data. Coronavirus (COVID-19) Vaccinations [Internet]. 2020 [citado 25 Abr 2021]. Disponível em: [https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID\\_WRL](https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL)
194. Government of Canada. Orders in Council Division Canadá. Minimizing the risk of exposure to COVID-19 in Canada order (quarantine, isolation and other obligations). (PC Number: 2021-0001, Date: 2021-01-06). Ottawa; 2021 [citado 10 Jul 2022]. Disponível em: <https://orders-in-council.canada.ca/attachment.php?attach=40167&lang=en>
195. <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr>
196. <https://pt.theglobaleconomy.com/Argentina/>
197. Countrymeters. Argentina population [Internet]. 2022 [citado 15 Jun 2022]. Disponível em: <https://countrymeters.info/en/Argentina>
198. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 644/2007. Créase la Unidad de Coordinación General del Plan Integral para la Prevención de Pandemia de Influenza, que será coordinada por la Jefatura de Gabinete de Ministros, funcionando en el ámbito de la misma. Conformación de la Unidad. Créase la Comisión Ejecutiva. Integración [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2007 [citado 15 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/125000-129999/128828/norma.htm>
199. Argentina. Lei 27.541, de 21 de dezembro de 2019. Lei da solidariedade social e reativação produtiva no quadro de emergência pública [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2019 [citado 15 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/330000-334999/333564/norma.htm>

200. Cazarré M. Argentina registra primeiro caso de coronavírus. Brasília: Agencia Brasil; 2020 [citado 15 Jun 2022]. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/argentina-registra-primeiro-caso-de coronavirus](https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/argentina-registra-primeiro-caso-de-coronavirus).
201. Ramacciotti KI. La salud pública en la Argentina en tiempos de coronavirus. *Hist Cienc Saude Manguinhos* [Internet]. 2021 [citado 18 Jun 2022];28(1):301-5. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021000100016>.
202. Our World in Data [Internet] Argentina; 2022 [citado 10 jun 2022]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+deaths&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~ARG>
203. Our World in Data [Internet]. United Kingdom; 2022 [citado 15 Jun 2022]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?facet=none&Metric=Confirmed+cases&Interval=7day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~ARG>
204. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 260, de 12 de Março de 2020 [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 20 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335423/norma.htm>
205. Argentina. Ministerio de Educacion. Resolução 108/2020. Buenos Aires: Ministerio de Educacion; 2020.
206. Dias A. Governança de Emergência e Combate à COVID-19: uma análise sobre Argentina e Brasil. *Rev Sul-Americana de Cienc Polit.* 2021;7(1):57-77.
207. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 297/2020. Isolamento social preventivo e obrigatório [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 21 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335741/norma.htm>
208. Argentina. Poder Ejecutivo Nacional. Anexo I - Proyecto Resolución: condiciones de aislamiento [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 21 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335767/res627anexo1.pdf>
209. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 325/2020. Isolamento social preventivo e obrigatório [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 21 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335974/norma.htm>
210. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Resolução 279/2020 [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 28 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/335988/norma.htm>

211. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 355/2020. Isolamento social preventivo e obrigatório [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 30 Jun 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/336212/norma.htm>
212. Perez-Vincent SM, Schargrotsky E, Mejía MG. Crime under lockdown: crime under lockdown: the impact of COVID-19 on citizen security in the city of Buenos Aires. *Criminol Public Policy*. 2021;20(3):463-92. doi: 10.1111/1745-9133.12555.
213. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 605/2020. Isolamento social preventivo e obrigatório [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 1 Jul 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/340000-344999/340045/norma.htm>
214. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 677/2020. Isolamento social preventivo e obrigatório [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 1 Jul 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/340000-344999/341149/norma.htm>
215. Resende M. Quarentena argentina: do exemplo ao fracasso em 203 dias [Internet]. Buenos Aires: rfi; 2020 [citado 1 Jul 2022]. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/am%C3%A9ricas/20201009-quarentena-argentina-do-exemplo-ao-fracasso-em-203-dias>
216. Argentina. Decreto nº 814/2020. Aislamiento social. Preventivo y obligatorio y distanciamiento social, preventivo y obligatorio [Internet]. Buenos Aires: Boletín Oficial de la República Argentina; 2020 [citado 5 Jul 2022]. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/236498/20201026>
217. Argentina. Decreto nº 875/2020. Aislamiento social, preventivo y obligatorio y distanciamiento social, preventivo y obligatorio [Internet]. Buenos Aires: Boletín Oficial de la República Argentina; 2020 [citado 5 Jul 2022]. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/237062/20201107>
218. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Ley de vacunas destinada a generar inmunidad adquirida frente al COVID-19 [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 5 Jul 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/340000-344999/34395>
219. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 125/2021. Distanciamiento social, preventivo y obligatorio y aislamiento social, preventivo y obligatorio [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 5 Jul 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/347490/norma.htm>
220. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Resolução nº 107/20 [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/335000-339999/336995/norma.htm>

221. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto nº 167/2021. Emergencia sanitaria [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 8 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/347809/norma.htm>
222. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 168/2021. Distanciamiento social, preventivo y obligatorio y aislamiento social, preventivo y obligatorio [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 8 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/347846/norma.htm>
223. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto n 235/2021. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 9 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/348582/norma.htm>
224. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 341/2021. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 9 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/348787/norma.htm>
225. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 287/2021. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 9 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/345000-349999/349492/norma.htm>
226. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 334/2021. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 10 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/350000-354999/350159/norma.htm>
227. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 411/2021. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 10 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/350000-354999/351339/norma.htm>
228. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto n. 494. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 10 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/350000-354999/352701/norma.htm>
229. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto nº 678/21. Medidas generales de prevención [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 10 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/350000-354999/354785/norma.htm>
230. Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto 867/2021. Emergencia sanitaria [Internet]. Buenos Aires: Infoleg; 2021 [citado 11 Jul 2022]. Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/355000-359999/358638/norma.htm>
231. <https://pt.theglobaleconomy.com/brazil/>
232. Silva LLS, Lima AFR, Polli DA, Razia PF, Pavão LFA, Cavalcanti MAFH, et al. Social distancing measures in the fight against COVID-19 in Brazil: description and epidemiological analysis by state. *Cad Saude Publica*. 2020;36(9):e00185020. doi: 101590/0102-311x00185020.

233. Brasil. Supremo Tribunal Federal. STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e união no combate a covid 19 [Internet]. Brasília: STF; 2020 [citado 25 Jun 2020]. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>
234. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 188, de 3 de Fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Diário Oficial da União [Internet]. 4 Fev 2020 [citado 17 Abr 2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt188-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt188-20-ms.htm)
235. Cavalcante JR, Santos ACC, Bremm JM, Lobo AP, Macário EM, Oliveira WK, et al. COVID-19 in Brazil: evolution of the epidemic up until epidemiological week 20 of 2020. *Epidemiol Serv Saude*. 2020;29(4):e2020376.
236. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). *Bol Epidemiol* 2020;(1):1-17.
237. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coronavírus Brasil [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [citado 17 Abr 2020]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>
238. Brasil. Presidência da República. Lei nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União [Internet]. 7 Fev 2020 [citado 18 Abr 2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm)
239. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial. COECOV19. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
240. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília: Ministério da Saúde; 2020.
241. Brasil. Ministério da educação. Portaria nº 343, de 17 de Março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União. 18 Mar 2020.
242. Brasil. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de Março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de Março de 2020. Diário Oficial da União. 20 Mar 2019.

243. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 454, de 20 de Março de 2020. Declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União. 20 Mar 2020.
244. Brasil. Presidência da República. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União. 20 Mar 2020.
245. Peters BG. Pursing horizontal mangement: the politics of public sector coordi-nation. Kansas: University Press of Kansas; 2015.
246. Brasil. Supremo Tribunal Federal. Referendo na medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade 6.341 Distrito Federal [Internet]. Brasília: STJ; 2020 [citado 24 Abr 2020]. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754372183>
247. Brasil. Presidência da República. Lei nº 13.982. 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União. 2 Abr 2020;Seç 1(64-A):1.
248. Jorge DCP, Rodrigues MS, Silva MS, Cardim LL, Silva NB, Silveira IH, et al. Assessing the nationwide impact of COVID-19 mitigation policies on the transmission rate of SARS-CoV-2 in Brazil. *Epidemics*. 2021;35:100465. doi: <https://doi.org/10.1101/2020.06.26.20140780100>
249. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim epidemiológico especial: doença pelo coronavírus COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Semana Epidemiológica 9 (23 a 29/02) de 2020.
250. Our World in Data. Coronavirus (COVID-19) Deaths [Internet]. 2020 [citado 25 Abr 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>
251. Our World in Data. Coronavirus (COVID-19) Cases [Internet]. 2020 [citado 25 Abr 2021]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-cases>
252. Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Legislação Covid [Internet]. Brasília; 2022 [citado 7 Jul 2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/quadro\\_portaria.htm#:~:text=28%20e%20art.,su a%20concess%C3%A3o%2C%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20ou%20revis%C3%A3o.&text=de%209.3.2022-,Alterar%20a%20Lei%20Complementar%20n%C2%BA%20173%2C%20de%2027%20de%20maio,2%20\(Covid%2D19\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/quadro_portaria.htm#:~:text=28%20e%20art.,su a%20concess%C3%A3o%2C%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20ou%20revis%C3%A3o.&text=de%209.3.2022-,Alterar%20a%20Lei%20Complementar%20n%C2%BA%20173%2C%20de%2027%20de%20maio,2%20(Covid%2D19))

253. Brasil. Presidência da República. Portaria interministerial nº 120 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Diário Oficial da União. 18 Mar 2020; Seç 1:1.
254. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 663, de 20 de Dezembro de 2021. Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União [Internet]. 20 Dez 2021 [citado 8 Jul 2022];238-A;Seç 1(Extra A):1. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/secovid/Comunicados/2021/dezembro-2021/portaria-interministerial-no-663-de-20-de-dezembro-de-2021-portaria-interministerial-no-663-de-20-de-dezembro-de-2021-dou-imprensa-nacional.pdf/view>
255. Brasil. Poder Executivo. Medida provisória nº 934 de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União [Internet]. 1 Abr 2020 [citado 8 Jul 2022];63-A;Seç 1(Extra):1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>
256. Brasil. Poder Legislativo. Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União [Internet]. 19 Ago 2020 [citado 8 Jul 2022]; Seç 1(159):4. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>
257. Brasil. Poder Executivo. Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União [Internet]. 29 Abr 2020 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10329&ano=2020&ato=3a1cXWU1EMZpWT110>
258. Brasil. Poder Executivo. Decreto nº 10.342 de 07 de maio de 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais e nº 10.344. Diário Oficial da União [Internet]. 7 Maio 2020 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(86-A Extra):1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.342-de-7-de-maio-de-2020-255709739>
259. Brasil. Poder Executivo. Decreto nº 10.344 de 11 de maio de 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União [Internet]. 11

Maio 2020 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(Extra A):1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10344-11-maio-2020-790175-norma-pe.html>

260. São Paulo. Assembleia Legislativa. Decreto nº 64.975 de 13 de maio de 2020. Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que instituiu medida de quarentena no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 14 Maio 2020;130(92):1.
261. Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Portaria Conjunta nº 20, de 18 de Junho de 2020. Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51). Diário Oficial da União [Internet]. 19 Jun 2020 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(116):14.
262. Brasil. Poder Legislativo. Lei nº 14.019 de 02 de julho de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União [Internet]. 8 Set 2020 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(172-A Extra):1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.019-de-2-de-julho-de-2020-276227423>
263. Fortaleza CR, Vilches T N, Almeida GBD, Ferreira CP, Souza LDRD, Fortaleza CMCB. Impact of nonpharmaceutical strategies on trends of COVID-19 in São Paulo State. Rev Saúde Pública. 2021;55:e 48.
264. Brasil. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 - PNO. Brasília. 16 Dez 2020 [citado em 08 de jul 22]. Disponível em: <https://sbim.org.br/images/files/notas-tecnicas/1-edicao-plano-operacionalizacao-vacinacao-covid19.pdf>
265. Brasil. Poder Executivo. Medida Provisória nº 1.026 de 06 de janeiro de 2021. Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Diário Oficial da União [Internet]. 6 Jan 2021 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(3-A Extra):1. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.026-de-6-de-janeiro-de-2021-297929846>
266. Brasil. Poder Legislativo. Lei nº 14.124 de 10 de março de 2021. Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços

- de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Diário Oficial da União [Internet]. 10 Mar 2021 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(46-A Extra):1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.124-de-10-de-marco-de-2021-307745858>
267. Instituto Butantan. No Brasil, 96% das mortes por Covid-19 são de quem não tomou vacina; só imunização coletiva pode controlar a pandemia [Internet]. São Paulo: Instituto Butantan; 2021 [citado 8 Jul 2022]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/no-brasil-96-das-mortes-por-covid-19-sao-de-quem-nao-tomou-vacina--so-imunizacao-coletiva-pode-controlar-a-pandemia>
268. Brasil. Poder Legislativo. Lei nº 14.151 de 12 de Maio de 2021. Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus. Diário Oficial da União [Internet]. 13 Maio 2021 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(89):4. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.151-de-12-de-maio-de-2021-319573910>
269. Brasil. Poder Legislativo. Lei nº 14.311 de 09 de março de 2022. Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica. Diário Oficial da União [Internet]. 10 Mar 2022 [citado 8 Jul 2022];Seç 1(47):1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.311-de-9-de-marco-de-2022-384725072>
270. Brauner JM, Mindermann S, Sharma M, Johnston D, Salvatier J, Gavenčiak T, et al. Inferring the effectiveness of government interventions against COVID-19. *Science*. 2021;371(6531):eabd9338. doi: 10.1126/science.abd9338.
271. Cheng C, Barceló J, Hartnett AS, Kubinec R, Messerschmidt L. COVID-19 Government Response Event Dataset (CoronaNet v.1.0). *Nat Hum Behav*. 2020;4(7):756-68. doi: 10.1038/s41562-020-0909-7.
272. Fang Y, Nie Y, Penny M. Transmission Dynamics of the COVID-19 outbreak and effectiveness of government interventions: a data-driven analysis. *Journal of Medical Virology* 2020;92(6):645–59.
273. Hussain AHMB. 2020. Stringency in policy responses to Covid-19 Pandemic and social distancing behavior in selected countries. *Soc Sci Res Network*. 2020. doi: 10.2139/ssrn.3586319.